

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL nº 287/26**

Realizada a pesquisa no APL (Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo) e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei Federal nº 9.725, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências;
- Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONTRAN nº 210, de 13 de novembro de 2006, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitam nas vias terrestres, aplicável ao transporte de produtos de construção.
- Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo diretrizes para gestão e transporte de resíduos, incluindo os da construção civil.
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado
- Lei Municipal nº 10.315, de 30 de abril de 1987, que disciplina a instalação e uso de caçambas para coleta de entulho em vias públicas, estabelecendo condições de posicionamento, sinalização e autorização.
- Lei Municipal nº 11.228, de 25 de junho de 1992, que dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis, e dá outras providências.
- Decreto nº 32.329, de 23 de setembro de 1992, que regulamenta a Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992- Código de Obras e Edificações, e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, incluindo regras para transporte e destinação de resíduos da construção civil (como entulho e caçambas).
- Lei Municipal nº 13.298, de 16 de janeiro de 2002, que dispõe sobre as responsabilidades e condições de remoção de entulho, terra e materiais de construção
- Lei Municipal nº 14.015, de 28 de junho de 2005, que dispõe sobre o descarte e reciclagem de misturas asfálticas retiradas dos pavimentos urbanos municipais, e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 46.594, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o transporte de resíduos da construção civil, disciplinando o uso de caçambas estacionárias, licenciamento e condições de coleta e transporte.
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana (Lei Cidade Limpa), impactando também aspectos de circulação e logística urbana.
- Lei Municipal nº 15.031, de 13 de novembro de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, incluindo diretrizes relacionadas ao transporte e circulação de veículos.
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano, uso do solo e políticas setoriais.
- Lei Municipal nº 16.127, de 11 de março de 2015, que dispõe sobre restrições à circulação de veículos de carga no Município de São Paulo e estabelece regras para operações de carga e descarga.
- Decreto Municipal nº 56.920, de 8 de abril de 2016, que regulamenta a circulação de veículos de carga na cidade de São Paulo, incluindo horários, zonas de restrição (ZMRC) e condições para entrega de mercadorias.
- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo (Lei de Zoneamento), regulamentando as zonas urbanas, parâmetros construtivos e atividades permitidas.
- Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, estabelecendo normas para licenciamento, execução, manutenção e segurança das edificações.
- Decreto Municipal nº 57.776, de 7 de julho de 2017, que regulamenta o Código de Obras e Edificações (Lei nº 16.642/2017), detalhando procedimentos administrativos e exigências técnicas.
- Portaria SMT nº 084, de 2019, que estabelece normas complementares para circulação de veículos de carga e operações de carga e descarga, incluindo veículos utilizados para transporte de materiais de construção.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Resolução AMLURB nº 130, de 12 de dezembro de 2019, que estabelece normas para o gerenciamento de resíduos da construção civil no Município de São Paulo, incluindo responsabilidades de geradores, transportadores e locais de destinação.

- PL 77/2026

Altera a ementa, o art. 1º e o parágrafo único da Lei Municipal nº 18.293, de 02 de setembro de 2025, a fim de acrescentar o flagrante e a autuação por descarte irregular e despejo de entulho, lixo e materiais em áreas públicas, como uma das hipóteses de concessão de bonificação por desempenho.

-PL 1012/2025 Institui o Programa Bairro Entulho Zero no Município de São Paulo, para a disponibilização de caçambas públicas em bairros destinadas ao descarte de pequenos volumes de entulho domiciliar e dá outras providências.

- PL 1126/2025

Estabelece a majoração das multas previstas na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, acresce infrações à referida norma e dá outras providências.

PL 752/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de pavimentos drenantes nas reformas e ampliações de logradouros públicos classificados como vias de trânsito local em áreas ambientalmente sensíveis, incluindo margens de Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou com histórico de alagamento no município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 701/2025

Autoriza o Poder Executivo a utilizar imagens captadas pelo sistema SmartSampa para aplicação de multas por descarte irregular de resíduos sólidos a partir da identificação da placa do veículo infrator, no âmbito do Município de São Paulo.

- PL 689/2025

Altera a redação do art. 22 da Lei Municipal nº 17.202, de 16 de outubro de 2019, que dispõe sobre a regularização de edificações, condicionada, quando necessário, à realização de obras, bem como altera o art. 9º da Lei 15.499, de 2011, e dá outras providências.

- PL 430/2024

Cria a Lei Obra Amiga da Vizinhança e da outras providências.

- PL 474/2025

Altera a lei 17.916/2023, proibir pela administração pública a contratação de empresa que pratica o descarte irregular de lixo e da outras providências.

- PL 223/2025

Cria o Programa Embaixadores Ambientais como programa de educação socioambiental na rede pública municipal de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 27 de abril de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068